

Fleury diz que só deve US\$ 1,1 bi à União

Da Sucursal

São Paulo — “Estamos pagando à União, em média, mensalmente, o equivalente a 12 por cento de nossas receitas para cobrir nossos débitos com a administração federal”. Assim o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, responde às acusações do Ministério da Fazenda de que não estaria em dia com seus compromissos com o Tesouro Nacional.

Ele utiliza outros números para se defender: “Em termos de dívidas mobiliárias a atual administração só emitiu 600 milhões de dólares em títulos públicos, para o pagamento de precatórias judiciais, o que é constitucionalmente previsto”, assegura Fleury. “Com a prática de juros elevados, determinada pela venda de títulos do Governo Federal, houve um acréscimo de 1,7 bilhão de dólares à dívida mobiliária, que era de 3,1 bilhões de dólares em setembro de 1991. “Nossos débitos em títulos públicos passaram, assim, para 5,4 bilhões de dólares”.

Segundo o governador de São

Paulo, a dívida com a União atingiam 6,2 bilhões de dólares, referentes a empréstimos contraídos junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrobrás. Parte desse valor seria de débitos externos transformados em débitos internos, que permitiu ao Banco do Brasil adquirir parte da dívida dos estados junto aos bancos privados internacionais.

O Palácio dos Bandeirantes divulgou estudo preparado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que pormenorizou a dívida da União com o Estado referente a repasses atrasados do ICMS e de outras parcelas determinadas constitucionalmente. Fleury, embasado nestas informações, disse que o débito real do governo paulista com a Administração Federal seria de apenas 1,1 bilhão de dólares, “uma vez que São Paulo teria a receber 5,1 bilhões de dólares, do Tesouro Nacional”.

A arrecadação do ICMS é outro ponto no qual as contas não batem. O Ministério da Fazenda afirma que ela está crescendo.

Fleury nega. “A arrecadação caiu. Era, em 1991, de dez bilhões e 837 milhões de dólares. Passou, em 1992, para nove bilhões e 403 milhões de dólares. No Brasil toda a arrecadação caiu de 27 bilhões 309 milhões de dólares para 24 bilhões 76 milhões de dólares em 1992”.

Arrecadação — O Ministério da Fazenda afirma que há condições de os estados pagarem seus débitos com a União, alegando o aumento da arrecadação do ICMS. O Estado de São Paulo não confirma este raciocínio.

Fleury alfineta: “Não é correta essa afirmação de mau pagador. Em termos de arrecadação de tributos federais, São Paulo passou a ter um peso maior: em 1991 o Estado arrecadou 46 por cento dos tributos federais, e em 1992, 50 por cento. Por outro lado, a transferência da União para São Paulo caiu de 2,8 por cento para dois por cento em 1992”. Fleury defendeu durante toda a semana passada, a tese de que São Paulo só deve à União 1,1 bilhão de dólares, sem que ninguém do Governo reagisse contra os números do governador.

Investimentos em mineração são reduzidos

Fim das restrições ao capital estrangeiro na mineração e reestruturação e autarquização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Estas foram as principais medidas defendidas durante o seminário “Mineração na Atualidade Brasileira” realizado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O seminário serviu de preparação para a revisão constitucional e os participantes deram especial atenção ao problema da carga tributária incidente sobre a atividade econômica. Questões como a necessidade de se regulamentar a participação do dono do solo nos resultados da mineração também foram discutidas.

O ministro Paulino Cícero, das Minas e Energia, apresentou dados que mostram a queda dos investimentos estrangeiros do setor depois da Constituição de 1988. Em 1987, de acordo com o ministro, os investimentos estrangeiros correspondiam a 38 por cento do total, e hoje são apenas seis por cento.

Burocracia — Os investimentos em pesquisa mineral, totais, incluindo capital nacional, despencaram de 192 milhões de dólares, em 1987, para 40 milhões de dólares, em 1991. Paulino Cícero acredita que o desenvolvimento da mineração brasileira é prejudicado por fatores como burocracia excessiva, carga tributária alta, instabilidade econômica e desaparecimento do Estado.

Outro aspecto considerado fundamental para o setor por parlamentares como Elísio Curvo (PRN-MS), vice-presidente da Comissão, é a reestruturação do DNPM. O deputado diz que hoje a situação do DNPM é grave, principalmente por falta de pessoal. Defende também que o Departamento seja transformado em autarquia, com recursos próprios.

Governador questiona valores

São Paulo — O governador Luiz Antonio Fleury Filho quer pôr um ponto final na polêmica levantada a respeito da dívida dos estados com a União. Segundo ele, a dívida de São Paulo perante o Governo Federal tem a seguinte composição:

Dívida interna — O Governo Federal afirma que a dívida interna do Estado de São Paulo era de 2,4 bilhões de dólares. Fleury defende-se dizendo que “já questionamos parte dela, restando 1,6 bilhão de dólares para ser negociado junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Gostaria que verificassem o quão é irrisório perante ao PIB do estado, de 180 bilhões de dólares.

Dívida externa — O governador admite ter uma dívida externa de 3,6 bilhões de dólares

“absolutamente em dia”. Além deste total, existe um débito ao mecanismo MF030, justo ao Banco do Brasil, que chega a um total de 4,5 bilhões de dólares. “Desse total, faltam negociar 2,9 bilhões de dólares, o resto já foi equacionado”.

Créditos — Fleury garante que “o Estado de São Paulo tem créditos junto à União — a organismos federais superiores a cinco bilhões de dólares”. O ICMS do estado arrecada cerca de 400 bilhões de dólares. As Contas de Resultados a Compensar (CRC), que é uma moeda do setor elétrico, arrecada em torno de 4,5 bilhões de dólares entre a Companhia Elétrica de São Paulo, Eletropaulo e Companhia Paulista de Força de Luz. A Nossa Caixa tem a receber 284 milhões de dólares

do Fundo de Compensação de Variação Salarial — que reajusta a diferença entre o salário do trabalhador e a taxa de encarecimento do imóvel com a inflação. O governador se lembra que não está incluindo os títulos da dívida externa do País, “que o Banespa é credor de um bilhão de dólares, aproximadamente”.

MF030 — O governador Fleury afirma que “esta dívida não é minha”, mas do governo anterior, ou seja, o de seu “padrinho” Orestes Quércia. O MF030, cobertura de débitos externos que o Banco do Brasil converteu em dívida interna, chega a um total de 4,5 bilhões de dólares. Desse total, segundo Fleury, “faltam negociar 2,9 bilhões de dólares, o restante já foi devidamente equacionado”.